

# CHIPRE

## REPÚBLICA DE CHIPRE

Chefe de Estado e de Governo:	<b>Demetris Christofias</b>
Penal de morte:	<b>abolicionista para todos os crimes</b>
População:	<b>1,1 milhões</b>
Esperança média de vida:	<b>79,6 anos</b>
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos:	<b>3,5 por 1000</b>
Taxa de literacia nos adultos:	<b>97,9 por cento</b>

**Centenas de migrantes ilegais, incluindo requerentes de asilo cujos pedidos foram rejeitados, foram detidos por períodos prolongados em condições deficientes apenas devido ao seu estatuto de imigração.**

### Antecedentes

Prosseguiram as negociações entre líderes cipriotas gregos e turcos sobre assuntos como a partilha de poder.

Em novembro, entrou em vigor nova legislação com o objetivo de transpor para a Lei cipriota a Diretiva de Retorno da UE, devido a preocupações sobre a detenção prolongada de migrantes em centros de detenção. A Diretiva estabeleceu um período máximo de seis meses de detenção pré-deportação, passível de prolongamento até 18 meses sob determinadas circunstâncias.

Em dezembro, o Parlamento aprovou legislação concedendo ao Gabinete do Comissário para a Administração (Provedor de Justiça) poderes para atuar como órgão nacional de defesa dos direitos humanos.

### Refugiados, requerentes de asilo e migrantes

Migrantes, incluindo requerentes de asilo cujos pedidos foram rejeitados, foram detidos em condições extremamente deficientes apenas por causa do seu estatuto de imigração. O uso de instalações desadequadas, incluindo celas policiais para curtas estadias e duas alas da Prisão Central de Nicósia, causou igualmente preocupação. Os detidos denunciaram o acesso limitado ou inexistente a assistência jurídica e cuidados de saúde.

Em dezembro, cerca de 200 migrantes agonizavam em centros de detenção. Muitos deles não tinham perspectivas imediatas de serem deportados do Chipre. Como resultado, a sua detenção parecia arbitrária, desnecessária e, conseqüentemente, ilegal. O Supremo Tribunal ordenou a libertação de alguns detidos por a sua detenção ter sido ilegalmente prolongada. Contudo, voltaram imediatamente a ser detidos após a libertação, pelos mesmos motivos que antes.

■ Um novo centro de detenção de imigrantes na localidade de Mennoia, com capacidade para 276 pessoas, deveria entrar em funcionamento no início de 2012. A UE financiou 30 por cento da sua construção.

■ Em dezembro, um requerente de asilo tâmil foi deportado à força para o Sri Lanka depois de a Autoridade de Revisão ter recusado o recurso por ele apresentado contra a rejeição inicial do seu pedido de asilo. As circunstâncias da sua deportação forçada causaram preocupação por lhe ter sido negada a possibilidade de pedir uma revisão judicial da decisão perante o Supremo Tribunal e a suspensão da sua deportação.

### **Forças policiais e de segurança**

Registaram-se várias alegações de maus-tratos de migrantes e requerentes de asilo por parte da polícia.

■ Em julho, segundo informações, cerca de 35 agentes da polícia espancaram, ameaçaram e insultaram um grupo de requerentes de asilo detidos na esquadra de Larnaca. Um dos requerentes de asilo sofreu ferimentos numa perna e foi-lhe recusada assistência médica durante vários dias. As investigações abertas pelo Provedor de Justiça e pela autoridade de queixas da polícia ao incidente encontravam-se pendentes no final do ano.

### **Defensores dos direitos humanos**

As ONG internacionais de proteção dos refugiados e migrantes manifestaram preocupação relativamente ao julgamento do diretor executivo da ONG pró-igualdade KISA, acusado pelas autoridades de "motim e participação em reunião ilegal". As acusações estavam relacionadas com o sucedido no Festival Arco-Íris, um evento antirracismo realizado em Larnaca em novembro de 2010, em que os participantes foram atacados por elementos de uma manifestação contra a imigração. A audiência de dezembro foi adiada para fevereiro de 2012.

### **Visitas/Relatórios da Amnistia Internacional**

🚗 Delegados da Amnistia Internacional visitaram o Chipre em novembro.